

Relatos apontam falhas na vigilância de agressores de mulheres no RS

Políciais citam falhas em tornozeleiras de agressores

Monitoramento

Problemas técnicos nos dispositivos estariam gerando **atendimentos desnecessários** e deslocamento de agentes entre diferentes cidades, uma vez que equipamentos são armazenados apenas em delegacias regionais. Já a Secretaria da Segurança diz que anomalias ocorrem em **apenas 1% dos casos**

Adriana Irion
adriana.irion@zerohora.com.br

Problemas técnicos ou de burocracia têm interferido no funcionamento do projeto criado para proteger mulheres que estão sob risco de violência por parte de companheiros ou ex-companheiros. Policiais e advogados reclamam de falhas no sistema de monitoramento eletrônico desses agressores.

São relatos de tornozeleiras que não carregam a bateria, de peregrinação entre delegacias para conseguir o equipamento em tamanho adequado para o suspeito, de alertas que são gerados sem que o caso configure algum risco à vítima e até de problemas nos celulares que ficam com as mulheres para acionar a Brigada Militar quando estiverem em perigo.

No começo de setembro, uma situação inusitada foi registrada – bombeiros tiveram de romper o equipamento da perna de um suspeito. O motivo: a tornozeleira descarregou e o carregador não funcionou; o monitorado foi levado à delegacia em função dos protocolos de segurança para casos em que o aparelho desliga ou perde o sinal; e, no órgão policial, a chave mestra não funcionou para abrir o equipamento.

Orientados pela Secretaria

da Segurança Pública (SSP), os policiais levaram o homem até o Corpo de Bombeiros, onde serra e alicates foram usados para romper a tornozeleira.

Já era o quarto aparelho que o homem estava usando em função de problemas com os anteriores. Agora, já está com a sexta tornozeleira desde a instalação da primeira, em 26 de agosto.

O caso é de Viamão, mas o atendimento teve de ser feito em Gravataí. O motivo é o fato de as Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher não terem as tornozeleiras, que devem ser instaladas nos agressores a partir de decisões judiciais.

Os equipamentos ficam armazenados em delegacias por região, onde também fica a chave mestra. Isso, no dia a dia, causa a movimentação de policiais entre cidades para resolver cada caso que surge.

Transtornos

Para o advogado Luiz Alberto Wailer, representante do homem que foi levado aos bombeiros, a situação é grave: custa energia e tempo aos policiais e causa transtornos ao monitorado.

– Desde o primeiro dia da colocação, o equipamento já dava problemas. Ele já está usando a sexta tornozeleira. Não é culpa das polícias nem do Judiciário. O problema está nestes equipamentos. E isso faz com que a Brigada Militar tenha de agir, fazendo contato com o monitorado e indo até onde ele está – comenta Wailer.

– Teve situação de meu cliente estar em outra cidade a trabalho, ter o problema, e eu ter de mandar se apresentar em uma delegacia para provar que não estava em área próxima da vítima. Mas é um transtorno – relata o advogado. —

CONEXÃO DIGITAL

Vídeo: bombeiros são acionados para remover tornozeleira eletrônica



Em Gravataí, bombeiros tiveram de entrar em ação para remover aparelho

Suspeitos levados à DP por defeito em carregadores

O projeto foi lançado no ano passado e prevê que o agressor fique monitorado por tornozeleira e a vítima tenha um celular com aplicativo, por meio do qual ela é avisada caso o homem invada a área de segurança definida em medida protetiva.

O telefone também permite acesso a chamadas de emergência para que ela acione a polícia. Os equipamentos fazem parte de 250 kits adquiridos pelo Estado da empresa suíça Geosatis.

Zero Hora teve acesso a rela-

tos de policiais civis e militares que indicam dificuldades no sistema. Um ponto são os casos de problemas nos carregadores, que acabam gerando o deslocamento de PMs e do suspeito para delegacias em função de uma falha técnica – e não porque o homem tenha desrespeitado a medida protetiva, por exemplo.

Também há queixas pelo fato de as tornozeleiras ficarem em uma delegacia por região, obrigando que equipes se desloquem entre cidades para instalar o aparelho ou tentar resolver falhas. —

O que diz a Secretaria da Segurança Pública

Em nota, informa que o projeto monitora atualmente 149 agressores e que, desde o início da medida, 315 já passaram pelo monitoramento. Destes, 55 foram presos ao descumprir a medida protetiva. Conforme a SSP, "nenhum conseguiu se aproximar da vítima, garantindo a efetividade do projeto".

Explica que o disparo sonoro não significa que haverá abordagem ao monitorado, uma vez que os funcionários conhecem a rotina do suspeito e da vítima. Assim, só despacham viatura quando há necessidade. Se o operador visualiza que o monitorado está seguindo seu caminho de rotina e que não oferece risco, não é feita a abordagem.

A SSP não esconde que "pode ocorrer falha por diversas razões, entre elas problemas nos equipamentos ou influência externa, como tentativa de rompimento". Assegura que, em caso de falha, "o equipamento é imediatamente substituído pela empresa fornecedora, quantas vezes for necessário".

A secretaria acrescenta que "as falhas, no entanto, não representam mais do que 1% dos equipamentos em uso".

Ainda segundo a SSP, os equipamentos são armazenados nas delegacias regionais "para otimizar a destinação, pois eles são distribuídos para todos os municípios da regional".

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Zero Hora - Porto Alegre/RS

Seção: Notícias ZH **Página:** 15